

Política de cotas étnicas no ensino superior: análise de narrativas de sujeitos do meio universitário

Policy of ethnic quotas in higher education: analysis of narratives from university people

Daniel Dall'Igna Ecker*

Samantha Torres**

Resumo: Desde a criação da Lei nº 12.711/2012, o tema das cotas nas universidades brasileiras têm sido alvo de inúmeros e controversos debates. Visando contribuir para essa discussão, a partir da perspectiva da Psicologia Social, o presente artigo tem como objetivo analisar diferentes narrativas de sujeitos do meio universitário sobre as políticas de ações afirmativas e a proposta de cotas nas universidades. Na escrita, foram esmiuçados aspectos históricos do racismo no Brasil e destacado processos psicossociais que envolvem a problemática. Para coleta de dados foi utilizada a Entrevista-narrativa feita com 21 participantes, os quais foram convidados para integrar um grupo de discussão, denominado Grupo Focal. Através dos resultados, foi possível organizar o posicionamento dos sujeitos em três categorias: 1) As cotas nas universidades; 2) Percepções sobre o sistema educacional do Brasil; 3) O estabelecimento das relações sociais em meio à política de cotas.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Inclusão social. Políticas Públicas.

Abstract: Since the establishment of Law nº.12.711/2012, the issue of quotas in Brazilian universities has been the subject of numerous and controversial debates. To contribute to this discussion, from the perspective of Social Psychology, this article aims to analyze different narratives from university people concerning policies for affirmative action and the proposal for university quotas. Historical aspects of racism in Brazil were scrutinised together with the detached psychosocial processes that involve the issue. Data collection used Interview-narrative with 21 participants who were invited to join a discussion group, known as a Focus Group. From the results, it was possible to organize the positions of the subjects in three

* Doutorando no Grupo de Pesquisa "Estudos Culturais e Modos de Subjetivação" dentro do Núcleo e-politics – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação - do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGSI) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Psicologia Social e Institucional no PPGSI da UFRGS. Psicólogo, graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: daniel.ecker@hotmail.com

** Mestranda no Grupo de Pesquisa "Ideologia, Comunicação e Representações Sociais" do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGSI) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: torres.samantha@gmail.com

categories: 1) The quotas in universities; 2) Perceptions of the educational system in Brazil; 3) the establishment of social relations through the quota policy.

Keywords: Affirmative action, Social inclusion, Public Policies.

Recebido em: 08/11/2014. Aceito em 26/05/2015

Introdução

Este artigo tem como objetivo, a partir da perspectiva da Psicologia Social, analisar diferentes narrativas de sujeitos do meio universitário sobre as políticas de ações afirmativas e a proposta de cotas nas universidades. Para isso, apresentamos a discussão dos resultados obtidos através de um estudo interdisciplinar integrado à pesquisa “Raça, desigualdade e direito à educação como direito fundamental: um olhar interdisciplinar sobre as políticas de ações afirmativas e a discriminação racial”. O estudo foi coordenado pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e executado junto a pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUCRS¹.

A Psicologia Social, como um campo de saber amplo que abrange diversas correntes teóricas, é aqui trabalhada dentro de uma perspectiva que considera essa área do conhecimento pela importância que ela dá ao contexto onde se produz a ação social, ao foco localizado e historicamente específico, e a particularidades articuladas a uma conjuntura social, cultural e política. Nossas pesquisas e bases teóricas são engajadas nas práticas e lutas sociais, nas políticas públicas e sociais de promoção de vida, nas diferenças culturais que constituem e são constituídas através das relações das pessoas. Por isso, neste texto, fazemos o uso de autores da Psicologia Social que abordam discussões sobre a produção de conhecimento e seus efeitos na subjetividade, mas também, integramos autores de outros campos de saber como, por exemplo, do Direito, das Ciências Sociais e da Saúde, entendendo que a discussão sobre políticas públicas requer um debate intersetorial que considere os diversos saberes que se atravessam na vida dos sujeitos da atualidade.

Desde a criação da Lei nº 12.711/2012, que afirmou a garantia de reserva de 50% das matrículas por curso e turno a alunos oriundos do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2014), o tema das cotas nas universidades brasileiras têm sido alvo de inúmeros e controversos debates e reflexões. A educação, aqui entendida como um dos meios de acesso ao conhecimento formal e a inclusão social, é considerada como algo fundamental para se pensar a construção da democracia e da cidadania, por isso, julgamos necessário favorecer o debate sobre essa questão para articularmos estratégias de intervenção nos diferentes âmbitos das políticas sociais.

Entendemos que as especificidades dos modos de existir das pessoas vão sendo tecidas ao longo de suas histórias, constituindo aquilo que chamamos de subjetividade. As mudanças estabelecidas nesse processo direcionam as escolhas e os valores que justificam os comportamentos de cada sujeito, tendo em vista os diferentes contextos de inserção em que eles se encontram. Assim, é visível a influência da história de vida de cada um e o contexto social nas transformações paradigmáticas e na criação de movimentos sociais que caracterizam as ações dos povos, de cada região, nas diversas épocas. Torna-se importante, então, reflexões críticas acerca desses fenômenos, das suas intencionalidades e dos efeitos que produzem (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006).

Nessa perspectiva, se fizermos um breve estudo sobre a história do Brasil, constataremos o quanto esse país está marcado, principalmente, pela presença do índio e do negro em todo um processo de dominação e segregação, que ocorreu ao longo da formação do país hoje entendido como uma república democrática. Tais desigualdades persistem na contemporaneidade e são facilmente detectáveis no cotidiano dos sujeitos, através de expressões com caráter preconceituoso, que contradizem os direitos garantidos a todos

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

os brasileiros na Constituição promulgada em 1988 (VILAS-BÔAS, 2003). Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, evidenciam que a população declaradamente preta e parda tem menos escolaridade e um rendimento médio equivalente à metade do recebido pela população branca, na média das seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (IBGE, 2013).

Em contraponto a tais disparidades, surgem movimentos sociais responsáveis pela construção e proposição de políticas, muitas delas hoje atuantes, como as ações afirmativas no ensino superior. Esse movimento tenciona no campo da inclusão dos negros, índios e pardos no intercurso acadêmico, buscando transcender um passado de desigualdades e formular leis que afirmem a não discriminação na inserção educacional. Desde sua promulgação, a política de cotas tem provocado muitas discussões e revigorado debates que denunciam padrões estruturais estabelecidos historicamente na sociedade brasileira, como é o caso da problemática do preconceito racial nas políticas e práticas educacionais, no mercado de trabalho e na construção da subjetividade da população como um todo (GOMES, 2001).

No âmbito da Psicologia, é evidente o interesse e a relevância de examinar como essa questão interfere na construção das políticas sociais de gerenciamento da população (TAVARES; OLIVEIRA; LAGES, 2013). Assim, neste artigo, para fundamentar nossa discussão, primeiramente, apresentaremos algumas questões teóricas referentes ao processo histórico das relações étnicas no Brasil. Em seguida, traremos alguns apontamentos sobre a implantação das políticas de cotas no ensino superior e, por terceiro, questões acerca da construção da subjetividade no campo das relações étnicas. Por fim, descreveremos o percurso metodológico do estudo e, nos resultados e discussões, apresentaremos as narrativas dos entrevistados em três grandes grupos temáticos: 1) As cotas nas universidades; 2) Percepções sobre o sistema educacional do Brasil; 3) O estabelecimento das relações sociais em meio à política de cotas.

Breve histórico das relações étnicas no Brasil

Quando chegaram a costa brasileira, em 1500, os portugueses tornaram os índios escravos e utilizaram seus corpos como mão de obra, principalmente, nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar. Mais tarde, os portugueses voltam-se para a África enxergando-a também como uma alternativa viável de mão de obra. Apesar de trazidos como imigrantes forçados, africanos e seus descendentes contribuíram com experiências, métodos e técnicas que dinamizaram o trabalho durante os quase quatro séculos de escravidão, influenciando significativamente nas práticas profissionais da época. Dessa forma, as migrações forçadas entre o continente africano e o Brasil propiciaram o estabelecimento de uma ponte, que diminuiu a distância transatlântica entre duas partes do planeta, a qual foi determinante para o desenvolvimento econômico dos portugueses no país (TELLES, 2003).

No entanto, como se sabe, os trabalhadores forçados foram sumariamente excluídos da divisão da riqueza e privados de sua liberdade. Tanto esses, quanto a elite que os escravizava, tinham conhecimento da realidade miserável, das más condições de vida, das violências físicas e das torturas psicológicas as quais eles eram submetidos. Consequentemente, surgiram forças opositoras para a modificação dessa dinâmica estabelecida, no qual o movimento mais conhecido resultou na formação dos Quilombos. Os Quilombos eram locais que agrupavam descendentes de escravos, podendo incluir também minorias indígenas e brancos, os quais viviam de uma cultura de subsistência, onde suas manifestações culturais e de organização social estabeleciam um forte vínculo com o passado, visando resgatar a cosmovisão africana e os laços familiares perdidos com a escravidão (CARONE, 2002).

Após a abolição da escravatura, afirmada pela instituição da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, o século seguinte foi marcado por processos que objetivavam a difusão de novos valores sociais, tais como: solidariedade, progresso e mobilidade social. De caráter ambivalente, essas novas propostas de constituição social proclamavam igualdade perante a lei, porém, ocultavam a realidade da desigual distribuição de renda e de riquezas a população. A relação senhor/escravo,

central na racionalidade dos séculos anteriores, instaura uma dicotomia básica na sociedade brasileira, orientando padrões de conduta e de valores com relação às etnias, principalmente no que se refere aos negros. Os espaços geográficos passam a se constituir nessa lógica, direcionando as populações étnicas para determinados locais, instituído uma determinada forma de organizar as cidades, os centros de comércio e a circulação social (GALEANO, 2010).

Atualmente, apesar de na Constituição Federal (BRASIL, 1988) se defender o direito à propriedade indígena, diversas interpretações podem ser feitas quanto ao sentido de ter posse e de realmente habitar o espaço que lhe é concedido. O que se evidencia é que garantir algo em lei não significa que serão preservados os recursos naturais necessários ao desenvolvimento físico e cultural dos costumes e tradições que a lei se propõe a proteger. Dessa forma, boa parte do povo indígena ainda sofre com a inadaptação, devido a uma forte influência da lógica do trabalho e da educação em torno das terras que são fornecidas (RODRIGUES, 2013).

O resultado é a constituição de terras indígenas atravessadas por uma intensa influência dos comportamentos considerados civilizados da cultura ocidental, acarretando, por exemplo, nas imagens divulgadas pela mídia nas quais o índio aparece pedindo esmolas, na beira de estradas ou em meio a terras cheias de lixo, oriundos de produtos industrializados. Assim, contemporaneamente, apesar de prevalecerem políticas com ações direcionadas à integração ou até mesmo a uma ideologia de compensação pelas injustiças historicamente acumuladas, a questão da igualdade étnica ainda é algo controverso (RODRIGUES, 2013).

Sistema de cotas, ações afirmativas e possíveis controvérsias

Na Constituição brasileira de 1988, dentre os pressupostos dos Direitos Fundamentais, está presente, enfaticamente, a afirmação da manutenção de liberdade e da dignidade dos seres humanos. Independentemente das especificidades determinadas pelas variantes culturais em cada estado do Brasil, é dever dos governantes o estabelecimento de políticas que promovam a garantia de direitos e a não discriminação, as-

sim como o tratamento igualitário. Tais direitos emergem objetivando abranger a diversidade cultural, as diferenças sociais e étnicas presentes no contexto nacional (VILAS-BÔAS, 2003).

A partir de 1996, através da publicação do primeiro Programa Nacional dos Direitos Humanos, se ressaltou a importância do desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, as universidades e as áreas de tecnologia de ponta (BRASIL, 2010). Buscava-se criar políticas de compensação social e econômica, bem como juntar as iniciativas privadas que realizassem a chamada discriminação positiva². No âmbito da educação, os desdobramentos dessas políticas levaram a promulgação da Lei das Cotas nas Universidades, em 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

O desenvolvimento do conhecido sistema de cotas buscava, inicialmente, como qualquer ação afirmativa, ser uma medida temporária de intervenção. O objetivo era eliminar as desigualdades através do estabelecimento de um percentual destinado a um grupo específico que sofreu discriminações ao longo da história (VILAS-BÔAS, 2003). Segundo Moehlecke (2002), para o ensino superior no Rio de Janeiro, foi estabelecido legalmente que 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais estariam destinadas a estudantes de escolas públicas. Esses alunos seriam selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (SADE), que avaliaria sua idoneidade. Além disso, foram apresentadas diversas propostas que permanecem pendentes no Senado e na Câmara: o estabelecimento de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento das Ações Afirmativas, a alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos, assim como, o privilé-

² A noção de discriminação positiva é trabalhada por Robert Castel (2008, p. 13-14) no livro intitulado "A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones?" da Editora Vozes de 2008. Resumidamente, discriminação positiva se refere a políticas que fazem "[...] mais por aqueles que têm menos [...] desdobrar esforços suplementares em favor de populações carentes de recursos a fim de integrá-las ao regime comum e ajudá-las a reencontrar este regime [...] tomar como alvo as populações marcadas por uma diferença que para elas é uma desvantagem, visando reduzir ou anular esta diferença."

gio concedido pelo Estado, através de bolsas de estudo, de uma indenização aos descendentes de escravos.

Segundo os estudos de Campos e Feres Júnior (2014), o conceito antigo – ação afirmativa – tem se transformado e não mais apenas almeja propor uma ação reparatória baseada na identificação de culpados e vítimas, mas sim, visa também remediar uma situação indesejável atentando, especialmente, para que os fatores desencadeantes das desigualdades não ocorram novamente. Atualmente, tem sido estabelecido um paralelo entre as desigualdades e a questão da etnia: dois aspectos sociais que andam juntos no Brasil e anseiam por ações não só reparatórias, mas preventivas e preservativas. Alguns posicionamentos em relação a essa temática defendem que somente programas voltados para a convivência da população, em diversos âmbitos, poderão combater o racismo. Outros sugerem mecanismos definidos em três níveis de ação: prevenção à discriminação, educação para a mudança e proteção do que foi conquistado (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2008).

Em âmbito nacional, foi exigido aos estados medidas legislativas, reguladoras e administrativas visando proteger a população contra a discriminação racial, xenofobia e intolerância à diferença. Em âmbito internacional, o plano de ação se integra a Organização das Nações Unidas (ONU) e a outros organismos internacionais, visando potencializar as ações. Na prática, o que tem se evidenciado é a não priorização pela maioria dos governos em estabelecer medidas que minimizem o prejuízo que a falta de direitos igualitários produz. De acordo com Gomes (2001), a questão da exclusão exige atitudes eficazes, não basta apenas reconhecer a existência do racismo, do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento, da discriminação e do preconceito, mas é necessário uma ação de intervenção, bem como reflexão e posicionamento constante dos órgãos governamentais para que as ações sejam efetuadas.

Outra controvérsia em relação ao sistema de cotas é de que, mesmo que essa ação venha, *a priori*, promover a inclusão e a compensação das violências causadas aos povos étnicos do passado, não se deve ignorar que toda ação jurídica pode vir a atuar como um processo de disciplinarização dos excluídos. Assim, toda ação

afirmativa pode se produzir como forma de controle e manutenção da desigualdade social à medida que reforça a ideia de exclusão e do tratamento diferenciado (FOUCAULT, 2002). O resultado disso pode ser exemplificado com todas as reações expostas na mídia que nos fazem visualizar a rejeição de determinados grupos ao sistema de cotas, já que os sujeitos que rejeitam a política não correspondem aos critérios estipulados para receber o benefício e, ao mesmo tempo, se sente ameaçados em seus privilégios anteriormente garantidos.

Reafirmando a complexidade da temática, a abordagem com enfoque biológico questiona as possíveis diferenças preestabelecidas entre etnias que a ação afirmativa se utiliza. Nessa discussão, coloca-se em questionamento a necessidade para o desenvolvimento de tal sistema de benefícios se, afinal, a definição de uma raça pura não seria possível em um país miscigenado como o Brasil. Os argumentadores dessa lógica defendem que a questão étnica é algo perpassado por uma linha muito tênue de diferenciação (CAMPOS; FERES JÚNIOR, 2014). Para eles, a falta de limites precisos entre as etnias e a existência de categorias múltiplas, torna difícil definir fronteiras que determine a quem a ação afirmativa deve direcionar-se. Observa-se que os indivíduos pardos são incluídos na maioria das políticas étnicas que tem como principais beneficiários os negros e, até mesmo, como alvos da atitude discriminatória racial, mesmo que os primeiros, muitas vezes, não se considerem incluídos na etnia negra.

Deve-se ou não incluir a grande porção de brasileiros que se auto identificam morenos e os indivíduos de cor branca que reivindicam ascendência negra? Esse último grupo fundamenta-se na questão de reparação do sofrimento de seus ancestrais, que teria repercussão até os dias atuais à custa do latente racismo que os impede na construção e manutenção da qualidade de vida. O critério de autoidentificação parece ser o mais utilizado no Brasil e no mundo, entretanto, sua ambiguidade é evidenciada, pois na prática cotidiana cada um sabe a identidade que tem ou deseja ter, e se inscreve de acordo com seu interesse.

O princípio de igualdade, presente na Constituição de 1988, é desenvolvido no Artigo 5º identificando que: “todos são iguais perante a lei,

sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” (BRASIL, 1988). Para aqueles que as entendem como um direito, as ações afirmativas seriam diretamente justificáveis pela existência da Constituição, pois buscariam estabelecer a igualdade interferindo em um tratamento desigual historicamente consolidado. Nesse caso, temos a legislação referenciada como ferramenta central no gerenciamento da disparidade existente, ou não, entre os sujeitos.

A complexidade do tema das cotas dentro das universidades e as ações afirmativas, em geral, evidenciam questões fundamentais para reflexão. Essas não implicam, necessariamente, na busca de se estabelecer um posicionamento homogêneo frente as jurisdições de modo que limite a compreensão de aplicabilidade das leis em cada caso. O que enfatizamos aqui é a necessidade de favorecermos a interlocução sobre a temática, principalmente, integrando os diferentes atores sociais que participam dessa conflitiva. Colocar a população em diálogo é afirmar que todas as políticas de gerenciamento da população atuam como ferramentas de se produzir determinadas subjetividades, determinados sujeitos, modos de ser e de se posicionar no mundo. O diálogo surge nesse contexto como uma proposta ética, para que possamos pensar sobre como nos constituímos na relação com o mundo e em quais realidades queremos construir através de nossas práticas (FOUCAULT, 2002).

Construção de subjetividades e as relações étnicas

O modo como a sociedade se organiza e produz política em determinada época gera formas de interação que interferem no processo como as subjetividades se produzem no âmbito individual e coletivo. Nessa trama, as pessoas tornam-se parte de determinado conjunto social, aprendendo regras formais e informais, além de códigos básicos de relacionamento, apropriando-se consciente ou inconscientemente de conhecimentos pré-definidos e acumulados pelos diferentes grupos. A construção de determinadas subjetividades localizadas historicamente interferem em como as pessoas compreendem luga-

res, papéis sociais, modos de relação, direitos e deveres consigo e com os outros (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006).

Dentre as diversas categorias interiorizadas pelos sujeitos, estão às noções étnicas, nas quais consta toda uma construção subjetiva específica, especialmente no que se refere a sentidos resultantes do modo como essa população foi gerenciada, ou ignorada, pelos governantes e suas políticas no processo de constituição do Estado brasileiro. Devido ao processo histórico de escravidão, algumas etnias tornaram-se mais excluídas do que outras. Um exemplo contundente dessa racionalidade é a interligação estabelecida entre salário/cargo e etnia. Atualmente, encontramos determinadas etnias no âmbito profissional sendo alvo de atos discriminatórios, recebendo menor remuneração nos serviços prestados ou ocupando cargos de menor prestígio social devido sua origem ou cor.

Essa hierarquização de raças, de acordo com Carone (2002), se produz como reflexo da negação de determinados sujeitos brancos em se inserirem na herança da escravidão como sujeitos envolvidos e responsáveis, mesmo que indiretamente, pelo processo desigual. Assim, vai se organizando toda uma cultura assimétrica na qual se faz que não se vê aquilo que está diante dos olhos. Cabe ressaltar, que essa invisibilidade produzida em torno das desigualdades étnicas está atravessada por todo um contexto ideológico, no qual alguns subgrupos sociais visam manter privilégios, interesses e valores a custa da existência da assimetria.

Pesquisadores da área da Psicologia Social enfatizam a importância de se colocar em questão as relações entre etnias para entender a complexa rede de produção de subjetividade que se constitui num emaranhado de sentidos. De acordo com Piza e Rosemberg (2002), é necessário estar atento aos processos educacionais dos sujeitos, e em como eles vão constituindo a prática da sociabilidade, visto que são nessas etapas que se desenvolvem atitudes e comportamentos baseados em estereótipos preconceituosas que o contexto social carrega. Assim, é estando atento aos discursos que se atravessam na formação do sujeito como, por exemplo, no bairro que ele mora, nos serviços que acessa, nos locais que circula, na comunidade que vive, no ambiente familiar e de amigos que o perpassa, que seria

possível compreender como a lógica das relações étnicas se reproduz.

De acordo com as autoras, o processo de interação social na infância está diretamente associado ao ensino da formulação de regras entre diferentes sujeitos e suas etnias. Essa seria a base da produção de processos de exclusão, pois ensinaria as crianças diferentes entendimentos do que é ser sujeito e como são impostos a eles os limites de exercício da cidadania e de acesso aos direitos de acordo com sua cor de pele. Além da dimensão relacional, também haveria questões materiais, políticas e subjetivas que englobariam a dinâmica da exclusão: os que antes eram oprimidos, futuramente serão ignorados e desempenharão o papel de inexistentes. Como exemplo encontramos as pessoas de baixa renda, negros, deficientes, entre outros, que são em sua maioria privados de direitos e deveres como cidadãos desde pequenos e passam a se subjetivar, naturalizando as desigualdades ou se culpabilizando ingenuamente de forma individual por todo um processo social assimétrico ao qual foram submetidos.

Processos metodológicos

Frente a essas problemáticas em torno do tema, visando ampliar as discussões sobre elas, desenvolvemos esta pesquisa objetivando conhecer os diversos posicionamentos construídos por sujeitos do meio universitário acerca das políticas de ações afirmativas e do sistema de cotas étnicas no ensino superior. A pesquisa foi divulgada via e-mail para a comunidade acadêmica e o processo de seleção dos participantes efetuou-se pela oferta espontânea dos que se interessaram em contribuir com o estudo. No agendamento das entrevistas, tentamos compor um grupo de entrevistados que fosse o mais heterogêneo possível, principalmente no que se refere à autodeclaração da cor e em relação à posição ocupada no meio universitário. Assim, foram realizadas entrevistas com 21 (vinte e um) participantes. Entre eles, 5 (cinco) se auto denominavam negros, 6 (seis) pardos, 4 (quatro) brancos e um índio³, dentre universitários, vestibulandos e egressos do ensino

superior. Foram entrevistados também 2 (dois) professores universitários, um gestor vinculado à universidade e 2 (duas) militantes do movimento negro que participam de discussões em grupos acadêmicos.

Utilizamos a técnica de Entrevista-narrativa (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2003) em que os depoimentos foram gravados e transcritos para posterior análise. Ao início de cada entrevista, apresentamos o objetivo da pesquisa e solicitamos que os entrevistados discorressem livremente sobre sua posição em relação ao sistema de cotas, tentando pensar o tema a partir de suas trajetórias de vida. O período de realização de todas as entrevistas individuais foi de três meses, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. A duração de cada entrevista ocorreu, em média, entre uma e duas horas.

Ao final dessa primeira etapa, os participantes foram convidados para integrar um grupo de discussão, realizado através da técnica do Grupo Focal (GASKELL, 2003). Nela, o tema é debatido coletivamente tendo como disparador um material previamente elaborado pelos pesquisadores, com citações pontuais das entrevistas individuais, de forma anônima. No encontro do Grupo Focal compareceram 5 (cinco) dos entrevistados individualmente. A técnica prevê a participação espontânea dos membros para que ela ocorra livremente. A discussão em grupo em torno do material dispositivo foi de apenas um encontro e teve duração de, em média, três horas.

Na análise dos dados realizamos o método da Hermenêutica de Profundidade de Thompson (2002), que propõe o mapeamento de significados, fornecendo assim, um referencial metodológico que organiza as narrativas em categorias discursivas por semelhança de conteúdo. Dessa forma, através dos resultados, foi possível organizarmos os posicionamentos dos sujeitos em três categorias distintas, são elas: 1) As cotas nas universidades; 2) Percepções sobre o sistema educacional do Brasil; e 3) O estabelecimento das relações sociais em meio à política de cotas.

Resultados

As cotas nas universidades

Em seus posicionamentos, participantes cujo discurso era favorável à política de cotas

³ Apesar da procura de mais sujeitos que se autodenominassem de origem indígena, apenas um foi encontrado. Nesse caso, a seleção se deu por indicação de colegas.

afirmaram que essas atuam como uma forma de reparar o processo histórico estabelecido, no qual negros e índios sofreram dominação e escravização por parte dos brancos. A partir disso, as cotas serviriam como uma estratégia de inserção social dos “grupos dominados” (*sic*) e, de acordo com o depoimento de um dos participantes, “os colocariam no mesmo lugar social onde os brancos estão, pagando assim, a dívida da desigualdade historicamente acumulada” (*sic*).

A vivência do preconceito em seus cotidianos aparece em relatos dos entrevistados que julgam terem sido “desmerecidos” (*sic*) em sua capacidade intelectual, devido sua etnia. Tais discriminações incluem a vivência de: diminuição no valor de salários ofertados em entrevistas de emprego, índice de desemprego potencializado, menor presença de etnias específicas (como negros e pardos) na universidade e, principalmente, negação de culturas étnicas específicas nas disciplinas aprendidas na educação básica.

Nos relatos do índio, para o povo indígena, a situação é igualmente desfavorável no que diz respeito ao acesso à educação. O universitário narra que, mesmo não tendo utilizado o sistema de cotas, sua entrada na faculdade foi marcada por “exclusão e olhares de desmerecimento” (*sic*). A medida que avançava nas disciplinas do curso e se familiarizava com o contexto do ensino superior, ele expõe que teve de “provar que era tão capaz quanto seus colegas” (*sic*). Atualmente, mesmo sentindo-se realizado com sua “vitória” (*sic*), acredita que o correto seria a inexistência desse contexto de exclusão onde, segundo sua visão, o sujeito precisa administrar seu dia a dia como se estivesse sempre em um “campo de disputas” (*sic*) ou em uma “batalha sem fim” (*sic*) contra as crenças e valores enraizados em nossa cultura que sempre “afastam aquilo que é diferente” (*sic*).

Dentre todos os universitários foi explicitado problematizações acerca da implantação das cotas. De acordo com um universitário branco “apesar de não serem ideais, as cotas seriam, atualmente, justas e necessárias” (*sic*). Da mesma forma, duas universitárias (da raça negra e parda), afirmaram que esse sistema pode ser importante porque “nem todos têm as mesmas chances e acesso as oportunidades de aprendizado e de preparação para o que é exigido atualmente para o ingresso no ensino superior” (*sic*).

Parece evidente que os participantes favoráveis às cotas consideram que a disparidade já está posta na sociedade e no ambiente de ensino e, não seria a afirmação de um sistema de cotas, que intensificaria essa situação. Essa afirmação se opõe a interpretação da ação afirmativa como um possível processo de disciplinarização dos excluídos, como discute o autor Michel Foucault (2002) em relação às políticas sociais.

Outro significado atribuído à política é de que ela incidiria como forma de racismo, uma “discriminação fantasiada” (*sic*) no momento em que “denigre” (*sic*) o mérito dos cotistas que não seriam “avaliados convencionalmente” (*sic*) para o ingresso na educação superior. De acordo com algumas narrativas, a existência desse benefício “questiona o mérito e a capacidade dos usuários” (*sic*) e dificulta a construção de um “ambiente multicultural” (*sic*) já que diferencia aqueles “com mais ou com menos capacidade” (*sic*).

Na análise dos posicionamentos identificamos que, para alguns sujeitos, o modelo ideal de ação seria as cotas baseadas na situação econômica e não étnica. O professor autoidentificado como de cor branca questiona nesse sentido: “Como será possível dar aulas para alunos com capacidades diferentes? O que faria a instituição com o ingresso de pessoas com menor preparo? Isso resultaria na queda do nível de exigência de ensino?” (*sic*). Essa lógica de raciocínio emerge no discurso da universitária autodenominada de cor negra, na qual acredita que as cotas acabarão produzindo “profissionais sem mérito” (*sic*) que serão desvalorizados devido à sua condição de “beneficiários de um sistema facilitador de entrada e formação acadêmica” (*sic*).

Durante as entrevistas emergiram posicionamentos que evidenciaram lacunas acerca do conhecimento do método de seleção para as ações afirmativas das cotas: os participantes, em sua maioria, desconhecem o processo de definição da cor de pele das pessoas. “Quem confirma se a pessoa é negra ou não?” (*sic*). “E se eu for branco e chegar lá e disser que sou negro?” (*sic*). “Quais etnias exatamente a política cobre?” (*sic*) perguntam os entrevistados. Ainda nesse contexto de dúvidas, esteve presente em três mulheres auto identificadas como negras e uma parda, a dificuldade de se afirmarem como tais, tanto perante a solicitação de autoidentificação, quanto nas suas falas, julgando os benefícios

das cotas como se fosse algo externo, “para eles” (*sic*), excluindo-se da etnia negra.

Observamos frequentes ambiguidades permeando o posicionamento dos sujeitos sobre as ações afirmativas: alguns entrevistados relataram não ter conhecimento sobre o sistema de cotas, mas em alguns momentos posicionavam-se contra sua implantação. Em muitos casos, os entrevistados afirmaram que admitiriam aceitar a vaga de cotista caso fizessem parte do grupo de beneficiados. Apenas uma universitária autodenominada de cor branca, advinda de universidade privada, não tinha conhecimento sobre as cotas e preferiu não se posicionar. Tal estudante relatou não conhecer ninguém que usufrua dessa política, nem mesmo em sua universidade na qual, oficialmente, há a existência dessa ação. De acordo com sua opinião “falta informação por parte dos estudantes e carência de divulgação deste sistema. Tanto pelos órgãos públicos quanto pela própria universidade em suas mídias e na divulgação do processo de vestibular” (*sic*).

Percepções sobre o sistema educacional do Brasil

Todos os participantes se posicionaram relatando que deveria ser prioridade dos governantes do Brasil investir em políticas educacionais que dessem mais acesso a educação básica de qualidade, especialmente, no ensino fundamental e médio. Segundo eles, essa ação seria eficaz na construção de um país de acesso igualitário e inclusivo ao meio educacional. Na opinião do estudante autodenominado de etnia indígena, o governo não “deve oferecer uma educação pobre para gente pobre e sim educação de qualidade” (*sic*). Para uma reestruturação da educação, os professores universitários autodenominados de cor branca sugeriram que fossem oferecidos cursos pré-vestibulares gratuitos e de qualidade. Eles acreditam que com essa movimentação no sistema educacional brasileiro, o mercado de trabalho teria maior probabilidade de se desenvolver. Assim, o ciclo de inserções sociais se manteria, favorecendo direitos mais igualitários a todos, independente de etnias.

Todos os entrevistados afirmam a importância da centralidade de ações do governo para que mudanças possam ocorrer: tanto pré-vestibulandos, universitários, como os professores argu-

mentam que cabe prioritariamente às autoridades proporcionar qualidade do ensino, acessibilidade e valorização dos profissionais envolvidos. De acordo com as narrativas, atualmente, mesmo nas universidades que são públicas, as vagas acabam sendo preenchidas apenas por pessoas que tiveram a “oportunidade de frequentar um ensino fundamental e médio de qualidade” (*sic*). Os “burgueses” (*sic*) ou “a elite” (*sic*), como se referem três entrevistados, seriam advindos de famílias economicamente bem estruturadas e, por isso, conseguiriam arcar com as despesas de uma educação básica de qualidade e em cursos universitários que facilitariam a entrada no ensino superior.

De acordo com os entrevistados, cursos e educação básica de “qualidade” (*sic*) se referem a aqueles locais que “preparam os jovens para o vestibular” (*sic*), que promovem uma educação “reflexiva e não meramente alfabetizadora” (*sic*) e que “educam o jovem para o mercado profissional” (*sic*). Nos relatos, os participantes discorrem que essas características são encontradas, majoritariamente, “em locais de ensino privado” (*sic*). Essa lógica de acesso “para poucos” (*sic*) excluiria “todo um grupo desestruturado econômica e socialmente” (*sic*). Exclusão, que se produziu devido “todo um processo histórico de exploração de mão de obra, escravização e colonização” (*sic*) de determinadas categorias no contexto brasileiro. Não colocar isso em evidência, enquanto se produzem políticas de educação, seria se “cegar e apoiar que apenas alguns grupos se mantenham acessando direitos, enquanto outros se tornam meras mãos de obra de sujeitos privilegiados socialmente” (*sic*).

O estabelecimento das relações sociais em meio à política de cotas

Dentre as diversas idealizações em relação ao sistema de cotas, a que mais se repete no discurso dos entrevistados têm a ver com a possibilidade de se obter um espaço que produza uma “multiplicidade de conhecimento” (*sic*) e a “formação de profissionais negros, brancos, índios e pardos que se reconheçam como cidadãos e agentes de mudança” (*sic*). De acordo com os relatos, seria na convivência com a diversidade étnica, situação econômica e história pessoal que a política de cotas produziria potencialidades

de desenvolver outros modos de vida e outros mundos possíveis. No posicionamento dos entrevistados, a ação proporcionaria (re)significações dos sujeitos com relação a si mesmos e com aqueles que derivam de outros contextos. Criar-se-iam então “conexões não só de etnias e suas diferentes experiências, mas também de valores, crenças, comportamentos e costumes” (*sic*). Essas acabariam se manifestando na experiência do grupo heterogêneo e produzindo novas singularidades, assim como, “rupturas em estereótipos e pré-conceitos previamente estabelecidos em torno das diferenças” (*sic*).

Semelhante ao posicionamento proposto por Piza e Rosemberg (2002), os estudantes universitários narraram que a interação entre etnias e diferentes culturas seriam modificadas em longo prazo se, desde o ensino médio, houvesse a presença do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira (implantação concreta da Lei 10.639 de 2003, que exige a inclusão da história afro-brasileira nos currículos escolares). De acordo com os relatos, essa ação interferiria no modo como os sujeitos se apropriam da história brasileira, fazendo-os compreender o processo histórico do país e de como foi se “dominando e exterminando determinadas culturas através da violência, por parte de alguns grupos” (*sic*) no passado.

Para os universitários, compreender a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, a participação do negro na formação da sociedade nacional, assim como, resgatar a importante contribuição deles na econômica, política e na sociedade como um todo, é essencial para “formarmos sujeitos éticos e que valorizem as diferenças” (*sic*). Em longo prazo, eles acreditam que essa mudança “minimizaria a discriminação no âmbito do ensino básico e, futuramente, no meio acadêmico” (*sic*).

Segundo o gestor, “as cotas dão espaço para a circulação de diferentes raças nas universidades, o que cria uma pluralidade de pensamentos e expressões estéticas e culturais” (*sic*). Em seguida a essa colocação, no Grupo Focal, a egressa autodenominada parda completa: “a convivência de diferentes raças na faculdade pode favorecer o diálogo entre as pessoas, o crescimento individual e coletivo” (*sic*). A militante que luta pela causa dos negros, autodenominada de cor negra, vê as cotas como uma oportunidade

para “mudar a visão que o próprio negro tem de si” (*sic*). Segundo ela, “os negros são subjetivados através de processos educativos e pelas campanhas midiáticas para se sentirem inferiores” (*sic*). De acordo com seu discurso, isso não é um processo que ocorre formalmente, mas dificilmente “você verá um negro estampando uma posição de sucesso nos jornais, em capas de revistas de moda ou de beleza, assim como você não verá negros em histórias infantis. É muito triste não ver a criança negra sendo retratada nas historinhas que ela lê, isso é uma enorme violência contra uma grande parcela da população” (*sic*).

Na fala de representantes da militância negra, constatamos que o principal argumento para defesa da política de cotas se refere que ela,

(...) inicialmente, trará à tona a situação histórica de exclusão dos negros, índios e pessoas de baixa renda e, em longo prazo, abrirá espaço para que se comece o processo de reflexão e debate sobre as desigualdades sociais e as discriminações à diferentes sujeitos na população como um todo (*sic*).

Para as militantes, é necessário que esse tema seja inserido “no cotidiano das relações sociais, o que requer colocar o assunto nas mídias, nos espaços públicos, nas propagandas e em todos os meios de comunicação possíveis” (*sic*). Segundo elas, a escassez de debate e a desinformação acerca do tema parecem “ser consequência da falta de espaços de fala e de discussão sobre a problemática das relações étnicas no contexto do Brasil” (*sic*).

Houve consenso de posicionamento entre os membros do Grupo Focal de que deve ser dada ênfase em ações que “afirmem a importância de a população discutir sobre a realidade do racismo no Brasil” (*sic*), compreendendo os processos sociais que andariam juntos à criação e implantação das ações afirmativas. Conforme questionou o universitário autodenominado indígena “como podemos discriminar e julgar algo que desconhecemos?” (*sic*). Os participantes atentaram ao fato de que “por traz da luta por igualdade de direitos, existe uma busca constante pela valorização da diversidade, ao invés da produção de uma diferenciação pejorativa” (*sic*). Conforme afirma a militante no Grupo Focal “não queremos ser iguais, mas queremos que toda a diversidade possa ser incluída nos processos

educacionais e em todos os outros espaços sociais” (*sic*).

Para os alunos pertencentes a universidades que aderiram à política de cotas fica evidente que “este sistema gera nos estudantes e futuros profissionais uma importante internalização dos seus papéis como cidadãos em um país multirracial” (*sic*). Para eles é motivo de “orgulho” (*sic*) pertencer a uma instituição que propõe produzir “mudanças nas significações que serão construídas sobre a questão racial e social” (*sic*). Eles enfatizam que “a partir daí, possivelmente, até mesmo o mercado de trabalho refletirá uma nova mentalidade, constituída pelo aumento significativo da convivência entre a diversidade, estimulada inclusive pelos novos profissionais, desde o início de seu ingresso no mercado” (*sic*). Segundo o discurso de uma egressa do ensino superior,

(...) é possível ver a diferença na minha vida profissional depois de discussões que tivemos na faculdade sobre a questão racial. Fomos ensinados a valorizar a diversidade cultural, a diferença entre as pessoas, entendendo essas diferenças como soma e não digna de exclusão. Isso atualmente faz parte da minha vida no trabalho e no jeito como eu me relaciono com as pessoas (*sic*).

Questões finais

No presente estudo, tínhamos como objetivo abordar a discussão sobre o direito à educação na esfera das diferenças étnicas, buscando conhecer o posicionamento de sujeitos imersos no meio universitário sobre as políticas de ações afirmativas e a proposta de cotas no ensino superior. Através da análise de narrativas de 21 (vinte e um) participantes autodenominados negros, pardos, brancos e um índio, que circulam no ambiente acadêmico, foi possível constatar que a temática da política de cotas ainda apresenta diversas controvérsias. A falta de informações sobre o tema e os diferentes significados acerca das ações afirmativas se mostraram evidentes nos discursos dos sujeitos. As vivências pessoais e, presença ou não, de experiências discriminatórias no cotidiano foram aspectos determinantes nos posicionamentos. Ter vivido ou visualizado alguma situação de desigualdade de acesso a algum ambiente ou serviço, devido à condição

étnica, sugere interferir no grau de mobilidade em prol da luta a favor das políticas afirmativas.

O fato de se considerar negro, pardo ou indígena também é motivo de interferência no posicionamento, já que acarreta determinadas “pressões sociais” (*sic*) em torno dos sujeitos para que eles “façam aderência a determinados costumes e formas de se comportar” (*sic*). De acordo com um dos entrevistados, autodenominado negro,

(...) há uma tentativa de homogeneizar as pessoas? De que adianta falarmos em diferenças, criarmos políticas para essas diferenças se caímos em um buraco vazio, pois insistimos que todos os negros, por exemplo, deveriam lutar pela consciência negra, saber a cultura da África e gostar de samba? Usar a diferença para homogeneizá-la é um ato contraditório e perverso (*sic*).

A partir dos dados coletados é possível pensarmos sobre o modo como o ser humano estabelece relações ao longo de sua vida e de que forma determinados comportamentos auxiliam na integração social e na produção do sentimento de pertença a determinados grupos, ou não. Seguindo a discussão proposta por Piza e Rosemberg (2002), a aderência a uma “identidade”⁴ étnica seja ela negra, indígena ou outra, acarreta, em alguns casos, a obrigatoriedade de que o sujeito tenha que aderir a todo um conjunto de costumes, comportamentos e valores nos quais determinada cultura étnica mantém. Independente dos tipos de laços e identidades aos quais o sujeito se afirma, entendemos que todas as formas de identificar algo ou alguém estão carregadas de diversos significados que influenciarão o posicionamento dos sujeitos perante o mundo desde o momento em que ele aderem a um grupo específico.

No campo das políticas afirmativas, Campos e Feres Júnior (2014) afirmam que as cotas promoveriam a convivência e a interação construtiva e não hierárquica entre sujeitos que não são iguais e não buscam ser. Nesse sentido, não se visa uma homogeneização das pessoas em categorias identitárias, mesmo que os sujeitos

⁴ Colocamos a palavra identidade entre aspas por entendermos que se identificar como pertencente a um grupo específico não é um processo natural, mas sim, faz parte de todo um percurso de subjetivação que ocorre ao longo da vida e se transforma à medida que os sujeitos se dispõem a mudança.

precisem aderir a um determinado grupo para ter acesso às cotas. Estar integrado ao grupo que pode acessar as políticas afirmativas se refere muito mais a afirmação da ocorrência de um processo histórico desigual, do que a aderência a uma determinada forma homogeneizante de ser e estar no mundo, relatam os entrevistados.

Outra questão que emergiu a partir da análise das narrativas tem a ver com o mercado de trabalho, as relações nesses ambientes e a questão étnica. Como exposto pelos entrevistados, e já afirmado por pesquisadores anteriormente, observa-se no campo das etnias menores valores sociais atribuídos a determinados grupos. Essa desqualificação de determinados humanos interfere nas estruturas econômicas que eles são capazes de constituir ao longo da existência e, conseqüentemente, no nível de qualidade de vida que eles acessam.

Tais situações, frequentemente relacionadas a condições étnicas, abrem espaço para prejuízos, práticas de exploração e situações de exclusão. No momento em que se estabelece uma relação desigual entre empregador e empregado, o que acaba se formando é um espaço de dominação, no qual predomina a execução do desejo de uns, já que o outro, precisa se submeter para garantir o mínimo de sua sobrevivência (LANA, 2013). É através da afirmação das cotas étnicas, e da retomada cotidiana do processo histórico do Brasil que a tornaram necessárias, que a maioria dos participantes do estudo afirmam as ações afirmativas com um meio de combater os processos de distribuição desigual de oportunidades no campo do trabalho e de acesso a serviços.

Assim, ter o direito à educação estabelecido a partir de diferenças étnicas e, principalmente, através da condição socioeconômica, foi um consenso entre todos os entrevistados. Apesar desse posicionamento recorrente, apontamos aqui para a falta de reflexão dos participantes sobre a própria noção do que seria um processo educativo. Em nenhuma das narrativas foi colocado em questão quais educações estão sendo produzidas, quais propostas sociais embasam elas e, de fato, que relevância teriam os processos educativos para os modos de sociedade atuais que estamos constituindo. A educação, no posicionamento dos entrevistados, surgiu como um “percurso necessário” (*sic*) para a inclusão

dos sujeitos no sistema social, mas esse sistema em nenhum momento foi colocado em discussão pelos participantes.

Acreditamos que dar acesso à educação de forma pública é central no desenvolvimento de uma sociedade e, por isso, enfatizamos a importância da realização de reflexões sobre os modos de ser e de estar no mundo que são ensinados contemporaneamente nas políticas de educação. Colocar isso em discussão é levar em consideração, por exemplo, as questões econômicas que envolvem as práticas educacionais e de que forma o processo histórico desigual tornou possível determinadas conjunturas sociais em que alguns sujeitos possuem mais privilégios econômicos que outros, tanto no acesso às políticas de educação, quanto em outros espaços sociais.

Outro ponto central nos resultados do estudo se refere ao papel do governo e sua responsabilidade para a efetivação das medidas no âmbito educacional no contexto das relações raciais no país. A totalidade dos sujeitos entrevistados registrou ser de máxima importância a atuação governamental nos investimentos direcionados a educação básica. Importante, também, seria um maior investimento na preparação dos professores para a vivência com a diversidade existente dentro das salas de aula e no mundo. Nesses posicionamentos atentamos que não ficou evidente a preocupação dos entrevistados com as condições estruturais que atualmente se encontram as escolas, universidades e espaços educacionais públicos.

A precariedade material e a baixa valorização dos recursos humanos envolvidos nos processos educacionais não foram apontadas como elementos importantes nas narrativas analisadas. Junto a isso, apesar da afirmação das cotas como política necessária ter aparecido como consenso, o suporte infraestrutural aos alunos cotistas não fora discutido. Quais os meios de transportes disponíveis para o aluno chegar à universidade? De alimentação? Vestuário? O aluno cotista possui infraestrutura tecnológica suficiente para se adaptar as exigências acadêmicas de execução de trabalhos? Como se darão o acesso a livros, fotocópias e outros materiais de estudo? Essas questões são apenas alguns dos exemplos de reflexões que consideramos pertinentes para se pensar, não apenas na entrada do cotista, mas de

um sistema que consiga manter a permanência do estudante após sua entrada no meio universitário.

Muito presente no posicionamento dos entrevistados, em discussões sobre as relações humanas no espaço de formação, a questão da diferença e da diversidade é algo que aparece nos resultados da pesquisa de forma tão controversa como a própria política se apresenta. Em alguns momentos, a diversidade é relatada nas narrativas dos participantes como algo positivo, um tema a ser valorizado quando se refere à implantação das políticas afirmativas. Em outros momentos, ela aparece como um empecilho, algo que viria a dificultar ou tornar mais desafiador e exaustivo a execução das cotas.

Entendemos que o ser humano é único, complexo e contém em si a diversidade que, de fato, reflete nas sociedades por meio das diferentes culturas e relações que são produzidas. Mas, para que essas diferenças já existentes sejam entendidas como potencialidades para a construção de sociedades democráticas e inclusivas acreditamos ser necessário uma organização social que execute ações de estímulo para valorização dessa questão. Assim, pesquisas que coloquem em discussão as propostas de ações afirmativas, incluindo o sistema de cotas, devem instigar a reflexão crítica sobre as diferenças humanas e como elas são produzidas na criação e execução das políticas públicas.

É interessante perceber que implantação de ações afirmativas aponta e desmascara o mito da democracia racial, isto é, a falsa idealização de igualdade racial no Brasil (GOMES, 2001). A necessidade de políticas direcionadas a questão racial evidencia a existência de práticas discriminatórias, desigualdades de tratamento e de direitos entre brasileiros. Além disso, discutir sobre a política de cotas é discutir sobre diferenças que muitas vezes foram usadas de justificativa para a execução de práticas de dominação e de exploração.

Para nós, essa é uma questão central que a reflexão sobre as cotas permite emergir: como produzir políticas públicas que deem conta de incluir e valorizar as diversidades se, em alguns casos, essas diversidades possuem ideologias que objetivam exterminar ou dominar umas as outras? Um exemplo para essa reflexão é o desafio de constituir uma sociedade democrática que dê abertura para as práticas religiosas, ao mesmo

tempo em que tenta afirmar os direitos de homossexuais, quando muitas religiões se afirmam contra esse tipo de existência. É desafios como esse, que afirmam a importância de discussões sobre o tema da valorização da diversidade na constituição de políticas públicas.

Em um mundo marcado por períodos de extermínio das diferenças como, por exemplo, foi a época do Nazismo, contextos de escravidão e de dominação das diferentes culturas, como vimos na história brasileira, ou até mesmo de práticas marcadas por ideologias eugênicas e higiênicas (GUERRA, 2006), pensar sobre políticas de ações afirmativas é colocar em questão as diferenças e as relações que se constituem nos espaços vazios ou tensionados que muitas vezes se formam entre elas. A produção de pesquisas, práticas educativas e formulação de políticas públicas, se torna central no processo de construção de novos diálogos que coloquem em questão os significados estigmatizadores que são atribuídos a determinados grupos, os quais muitas vezes acabam embasando as tensões ou afastamentos que se produzem entre sujeitos na execução de políticas.

Analisar o impacto de políticas afirmativas, ou mesmo o resultado de sua interdependência a outras formas de jurisdição da vida, exige um acompanhamento em longo prazo. Para isso, deve ser levado em conta o fato de que políticas sociais que objetivam amenizar as desigualdades de ordem étnicas não serão suficientes para solucionar a questão da discriminação racial ou da disparidade socioeconômica no cotidiano. O problema étnico associa-se sempre a uma determinada formação social e um aspecto não poderá ser solucionado sem a consideração do outro, ou seja, não podemos desfazer as interconexões entre etnia e cultura para entendermos como se dão as relações desiguais no contexto brasileiro.

Referências

BAUER, Martin. JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.) **Entrevista narrativa**. In: BAUER, Martin. GASKELL, George. (Orgs.) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. (2ª Ed) Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Legislação**. Leia o Decreto 7.824 e a Portaria Normativa. Brasília,

2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 01 nov. 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República SEDH/PR. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>> Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 01 nov. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 01 nov. 2014.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JUNIOR, João. Ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo: relações necessárias ou contingentes?. **Rev. bras. Cien. Soc.**, São Paulo, v.29, n.84, Fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2014.

CARONE, Iray. **Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (2ª Ed.) Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. **Declaração da Sociedade Civil das Américas diante da Conferência Mundial de Revisão de Durban**. 25 de agosto de 2008. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/declaracao_durban> Acesso em: 01 nov. 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora L&PM Pocket, 2010.

GASKELL, George. **Entrevistas Individuais e Grupais**. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (2ª Ed) Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: O Direito como Instrumento de Transformação Social. A Experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUERRA, Andréa Trevas Maciel. Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.58, n.1, Mar. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2014.

HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. **Psicol. educ.**, São Paulo, n.23, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população – classificações e identidades**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_classificacoes_e_identidades.pdf> Acesso em: 06 out. 2014.

LANA, Rita de Cássia. **Economia da discriminação. Estud. hist.** (Rio J.), Rio de Janeiro, v.26, n.52, Dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862013000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa. nº 117, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300011&lng=es&nrm=iso> Acesso em: 06 out. 2014.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. **Cor no censo brasileiro**. In: BENTO, M. A; CARONE, I. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (2ª Ed.) Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUES, Meghie. **Identidades móveis revelam a complexidade de direitos indígenas e extrativistas**.

Cienc. Cult., São Paulo, v.65, n. 1, Jan. 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2014.

TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.37, n.99, Dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2014.

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. São Paulo: Relume-Dumará, 2003.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. (6ª Ed.) Petrópolis: Vozes, 2002.

VILAS-BÔAS, R. M. **Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.